



“Histórias do Trabalho no Sul Global”

“Historias del Trabajo en el Sur Global”

“Labour Histories from the Global South”

I Seminário Internacional de História do Trabalho

V Jornada Nacional de História do Trabalho

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis

25-28 de Outubro de 2010

O fim do “monopólio da revolução” e o declínio do movimento anarquista no Brasil (1922-1936)

Tiago Bernardon de Oliveira¹

As duas décadas que seguem as ondas grevistas de 1917-1921 formam um período de profundas transformações nas relações de forças políticas no Brasil, oferecendo uma

¹ Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Este texto baseia-se no terceiro capítulo de minha tese *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*. (Niterói: Tese de doutorado em História/Universidade Federal Fluminense, 2009).

diversidade de tendências a um público que passa a perceber a presença cada vez mais forte da política como mediadora das relações sociais. Até aquele momento, no Brasil, a ideologia anarquista era a única que propalava abertamente a necessidade de uma revolução para a promoção de transformações sociais profundas. Mesmo os brasileiros que se diziam adeptos do socialismo, engajavam-se em um ideário reformista, bastante influenciado por Benoît Malon, que quando admitia a necessidade de uma revolução, a localizava em um horizonte bastante distante no tempo². Fora da esfera das correntes de “esquerda”, de modo geral, a idéia de revolução, na cultura política brasileira, estava ligada a algum movimento para a alteração superficial entre grupos políticos militares ou oligárquicos, que contasse com algum nível de violência. Mesmo essas pareciam estar enterradas no passado, até, ao menos a década de 1920.

Por outra parte, na década de 1920 emergiram uma série de movimentos políticos que passaram a se identificar com o termo revolução. Com exceção do anarquismo, que permanece com sua ojeriza ao Estado, todas as outras correntes políticas elegem a conquista do Estado como condição essencial para efetuar as mudanças almejadas. O fortalecimento dessas correntes não ocorre apenas simultaneamente ao enfraquecimento da influência do anarquismo no movimento operário³ (em processo de enfraquecimento não apenas no Brasil, mas, de modo geral, em todos os países onde exercia alguma influência, com exceção da Espanha), mas também em seu detrimento, uma vez que a efervescente cultura política desses anos fortalece a noção da necessidade do Estado⁴.

² Sobre o caráter das idéias socialistas no Brasil nos primeiros anos da República, ver BATALHA, Cláudio H. M. A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX. In: MORAES, João Quartim de. *História do marxismo no Brasil, vol. II – Os influxos teóricos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

³ Por outro lado, isso não implica uma avaliação pejorativa do anarquismo em si, senão reconhecer tão somente que o contexto sócio-político que se impunha colocava novas questões estratégicas para se debater com um Estado que se hipertrofiava. Nesse sentido, ver DE DECCA, Edgar. *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: 4.ed., Brasiliense, 1988.

⁴ REIS, Elisa Pereira. Interesses agroexportadores e construção do Estado: Brasil de 1890 a 1930. In: SORJ, Bernardo, CARDOSO, Fernando Henrique e FONT, Maurício. *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 194-217.

Embora o contexto fosse bastante adverso e apesar do abandono de alguns quadros importantes do anarquismo ligados ao movimento operário, aos militantes que se mantiveram fiéis às suas convicções seria preciso redimensionar concepções e estratégias que pudessem tornar possível a continuidade do exercício de sua militância e a renovação da certeza da viabilidade de sua utopia.

Pode-se dizer que de 1906 até 1922, os militantes libertários se confrontaram com oscilações de mobilização interna e do movimento operário, que lhes garantia notoriedade e influência ao tentarem tomar a frente de organizações dos trabalhadores. Mas em 1922 passaram a enfrentar um processo de perda do “monopólio” político do radicalismo que pretendia ser porta-voz de todos os oprimidos, incluindo, evidentemente, os trabalhadores. Um desses novos agentes, que disputam a premissa do radicalismo é o Partido Comunista do Brasil (PCB), que passa a ter um respaldo simbólico pela consolidação da revolução soviética na Rússia. Ao contrário do anarquismo, cuja penetração nos meios rurais praticamente se reduziu a poucas e malfadadas experiências de comunidades ácratas isoladas, os comunistas passam também, pouco a pouco, a procurar angariar adeptos, ainda que minoritariamente, nos trabalhadores rurais, o que é significativo de uma mudança de estratégia de ação política baseada, fundamentalmente, na divulgação do sindicalismo revolucionário praticamente restrito aos trabalhadores urbanos. O PCB, portanto, passa a invadir e extrapolar o espaço de radicalidade política ocupado pelo anarquismo nos anos anteriores.

Além do PCB, no que tange especificamente ao movimento operário o anarquismo enfrentou e continuaria a ter que enfrentar nas décadas de 1920 e 1930, as tendências reformistas e colaboracionistas. O sindicalismo adquiriria facetas novas, com a intensificação das tentativas de controle sindical promovidas pela Igreja, pelo patronato, pelo Estado e por movimentos políticos de extrema direita, como o integralismo. Essas tendências alcançaram certo êxito ao deslocar importantes ramos do sindicalismo de tendências revolucionárias. Naturalmente, constituíam inimigos fáceis de serem detectados e combatidos, pelo menos em discurso. Com essas orientações políticas não havia outra forma de relação a não ser o combate direto e a disputa aberta pelas suas áreas de influência. Artilharia franca contra o que se considerava reacionário. Porém, no que se

refere à disputa contra a influência de correntes políticas que se consideravam revolucionárias ou progressistas, os anarquistas oscilaram entre o combate aberto e o forjar alianças contra os inimigos comuns.

A questão da construção de uma frente única das esquerdas revolucionárias (ou das vanguardas revolucionárias) voltaria a ser uma constante no debate do anarquismo brasileiro. Um dilema que poderia colocar em xeque a existência do anarquismo enquanto movimento articulado, uma vez que poderia submeter a autonomia do grupo e fortalecer a corrente rival. Por outro lado, não somar forças poderia resultar na vitória dos inimigos da direita, na derrota das esquerdas e até mesmo no desaparecimento do anarquismo como corrente com real capacidade revolucionária no presente ou num futuro próximo. Um dilema que parecia um fantasma a acompanhar os militantes durante todo esse período.

Comunistas

A Revolução Russa de 1917 contou com o apoio dos anarquistas de várias partes do mundo, incluindo os do Brasil. A expansão do movimento revolucionário para países do leste europeu e, sobretudo, os desdobramentos da revolução espartacista na Alemanha alimentavam a convicção não apenas da putrefação iminente do capitalismo que se destruiu na autofagia da guerra imperialista. Carregavam consigo a convicção de que as vias reformistas dos partidos socialistas, dentre os quais o grande exemplo era o Partido Social-Democrata Alemão, provavam-se equivocadas e enganosas.

Mas os conflitos entre os revolucionários russos, a consolidação dos bolcheviques e a aniquilação física de grupos de oposição revolucionária, como o de Néstor Makhno na Ucrânia, resultaram numa reviravolta global da posição dos anarquistas frente à revolução dos soviets. Malatesta, Kropotkine, Goldman, que no início da revolução, diante das pressões exercidas pelas ameaças de intervenção das potências ocidentais para restauração da ordem anterior, admitiram uma temporária ditadura do proletariado, ou seja, a necessidade do Estado e da existência de um exército que garantisse as conquistas até aquele momento, passam a denunciar a construção de uma nova ordem burocratizante, de

uma nova classe a perpetuar a exploração e a opressão já existentes. De outra parte, outros anarquistas passam a reavaliar suas posições, e acreditam que a defesa da revolução é condição essencial e único caminho para se alcançar os objetivos almejados, que valeram tantos anos de militância. Isto é, para os anarquistas que defendem a Revolução Russa, fortalece-se a idéia de que para permanecerem anarquistas é preciso revestir-se de bolcheviques.

Este antagonismo verificado no anarquismo internacional ocorre também no Brasil. A cisão definitiva veio em novembro de 1921, e com ela claras definições de posição. Neste sentido, do material consultado, as mais antigas declarações de explícita definição de posição francamente contrária aos bolcheviques em material de propaganda escrita no Brasil datam do primeiro dia de 1922, quando o grupo Aliança Anarquista lança seu jornal *O Libertário*⁵, em São Paulo, coincidindo com as vésperas da formação do PCB. Os quatro números consultados, lançados quinzenalmente nos meses de janeiro e fevereiro de 1922, são dedicados quase que exclusivamente ao propósito de marcar posição (e, evidentemente, esperar a adesão dos leitores) na defesa do ideal anarquista, o que implicava a reafirmação da rejeição a todas as formas de opressão, incluindo as do Estado controlado pelos bolcheviques.

Após o surto inicial de otimismo diante da eclosão da Revolução, a defesa da continuidade da “ditadura do proletariado” impunha-se como uma questão fundamental para os anarquistas. Cedo ou tarde o impasse surgiria: o que é mais revolucionário? A crítica ou a defesa à única revolução conhecida até então com chances reais de instaurar um regime que negasse o direito à propriedade privada dos meios de produção? Os métodos bolcheviques de implantação do socialismo eram condizentes em relação aos fins almejados? Seria possível abrir mão de certo pragmatismo em nome de uma defesa intransigente da união intrínseca entre meios e fins (o que do contrário seria, por si só, anti-revolucionário)? Quaisquer que fossem as respostas encontradas, existiria um cálculo de custos e ganhos. Em qualquer hipótese algo seria sacrificado. Houve um racha de

⁵ *O Libertário* – Edição da ‘Aliança Anarquista’. São Paulo, ano I, n. 1, 1 jan. 1922; 15 jan. 1922; 4 fev. 1922; 15 fev. 1922.

posições, e cada qual encontrou respostas pelas quais pudessem justificar a sua opção em nome do ideal pelo qual sempre lutaram.

Alguns aderiam aos métodos e teorias que, ao seu julgamento, se apresentavam como mais eficazes, graças à consolidação do Estado soviético. Outros precisavam reformular publicamente sua antiga posição de defesa daquela revolução, de modo que não fosse afetada a coerência de suas antigas convicções, conservando-as “puras”, no sentido de que deviam se demonstrar permanentemente válidas e verdadeiramente revolucionárias.

Porém, uma vez dada a ruptura interna de programa revolucionário, a interlocução entre ex-companheiros, a partir de então mais acalorada, continuou de parte a parte. Pelo menos durante 1922, a revista *Movimento Comunista* publicava artigos, que pareciam ser destinados diretamente aos militantes anarquistas, antigos companheiros de luta daqueles que se bandearam para as fileiras do PCB. Textos escritos ora em termos mais cordiais, ora em tons mais ásperos, que tentavam dissuadir os anarquistas a abandonar a “velha doutrina” por outra revolucionária que se mostrava teórica e empiricamente superior.

Do lado dos anarquistas, a cisão os estimulou a tecer francas críticas libertárias aos bolchevistas⁶. Se as relações entre anarquistas e movimento operário não foram de fato tão fortes como queriam os militantes ácratas, eles tinham agora como adversários políticos não apenas os tradicionais grupos reformistas e colaboracionistas, contra os quais continuavam a se bater e até ali tinham relativo sucesso. Agora encontravam-se na longa lista de rivais alguns de seus companheiros mais devotados e articulados, que constituíam algumas das mais sólidas pontes entre os movimentos anarquista e operário.

Contudo, o surgimento do PCB seria apenas um dos novos obstáculos que a militância anarquista teria que enfrentar na década de 1920. O monopólio da revolução não cabia mais apenas aos anarquistas, nem ficava restrito somente ao movimento operário. Mesmo considerando os limites da “revolução” defendida pelo tenentismo, eles se autoproclamavam revolucionários e como tais eram vistos, de modo geral. Esse

⁶ Ver LUZ, Fabio. Maximalismo e anarquismo. *O Libertário – Edição da 'Aliança Anarquista'*. São Paulo, ano I, n. 1, 1 jan. 1922, p. 2-3.

movimento contribuiria para uma mudança de rumos na vida política republicana brasileira, do qual o anarquismo seria vítima e teria que se defrontar. Aos anarquistas se colocavam novos dilemas frente à emergência de novos agentes que deslocavam o protagonismo da ação e redefiniam o próprio sentido de “revolução” que os libertários se esforçaram por construir e difundir até então⁷.

Tenentistas

Quando da eclosão da rebelião tenentista no Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, a 5 de Julho de 1922, os anarquistas não tomaram parte ativa de nenhuma forma. A ação tomou o governo de surpresa, mais ainda os militantes anarquistas, que não faziam a menor idéia da possibilidade do levante, embora acompanhassem os noticiários políticos do país, as tensas relações que se estabeleceram, desde a campanha eleitoral, entre o governo civil de Arthur Bernardes e uma parcela do contingente militar ligada ao ex-presidente Hermes da Fonseca. Mesmo sem qualquer envolvimento direto ou indireto com o movimento militar, a reação governamental imediata, sob a forma de estado de sítio, atingiu também o movimento operário, provocando o empastelamento da imprensa e a prisão de indivíduos identificados como subversivos à ordem. O mesmo aconteceria, com ainda maior vigor, dois anos depois, com o segundo levante tenentista, então iniciado em São Paulo, na mesma data.

Frisa-se que não havia qualquer relação direta entre os movimentos operário e anarquista com o tenentismo, a não ser breves indícios de tentativas de aproximação

⁷ Sobre a contraposição de projetos que se diziam revolucionários, e a memória e implicações construídas a partir do ponto de vista vencedor para legitimar sua vitória e desqualificar os projetos considerados “vencidos”, atribuindo-lhes fragilidades inexoráveis, ver DE DECCA, Edgar. *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 4. ed., 1988.

anteriores com baixas patentes do Exército, que não resultaram em atos concretos, como se tentou, ingenuamente, na malfadada insurreição de 1918⁸.

Ainda assim, o governo não fez distinção entre os amotinados das Forças Armadas e outros adversários políticos, identificados pelo Estado como potenciais perigos revolucionários, e, mesmo não existindo uma vinculação efetiva, tornava essa possibilidade bastante plausível. Ao chegar ao Rio de Janeiro a notícia da revolta de parte dos batalhões paulistas, em 1924, a polícia do Distrito Federal tomou suas providências para neutralizar a ação de indivíduos suspeitos de poder organizar seus desdobramentos na capital da República. O anarquista carioca José Oiticica foi preso em seu local de trabalho, o Colégio Pedro II, e mantido na prisão por cinco anos⁹.

Ao que tudo indica, os rebeldes do Exército e da força pública estadual de São Paulo jamais procuraram lideranças do movimento operário, seja qual fosse a corrente política, para dar suporte na preparação dos seus planos insurrecionais, em 1924. A única tentativa de aproximação foi feita pelos anarquistas somente dez dias após a deflagração da revolta e cerca de cinco dias do grande bombardeio legalista contra a cidade de São Paulo. Trata-se de um relato publicado em *A Plebe* dos combates que se travaram na cidade, elogioso aos rebeldes¹⁰, de um manifesto condenando os bombardeios legalistas¹¹ e de uma moção endereçada ao “Comitê das Forças Revolucionárias”¹² em resposta ao

⁸ Sobre o episódio, ver : ADDOR, Carlos. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986; BANDEIRA, Moniz, MELLO, Clóvis e ANDRADE, A.T. *O ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: 2.ed., Brasiliense, 1980.

⁹ SAMIS, Alexandre. Presenças indômitas: José Oiticica e Domingos Passos. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil: Vol. 1 – A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 91.

¹⁰ Movimento revolucionário. Forças do Exército e da Polícia estadual convulsionam-se – Assaltos às delegacias de polícia da 2ª, 7ª e 8ª circunscrições e às estações do Braz, Sorocabana e Luz – A situação da cidade e a atitude do povo – O triunfo dos revolucionários – O saque – O caráter da revolução – A nossa opinião – A luta continua – Infâmias dos legalistas – Dúvidas justificáveis – Uma Moção de militantes operários – Um manifesto ao proletariado. *A Plebe – Periódico Comunista-Libertário*. São Paulo, 25 jul. 1924, p. 1-2.

¹¹ Ao proletariado paulista. *A Plebe – Periódico Comunista-Libertário*. São Paulo, 25 jul. 1924, p. 2.

¹² Uma moção de militantes operários ao Comitê das Forças Revolucionárias. *A Plebe – Periódico Comunista-Libertário*. São Paulo, 25 jul. 1924, p. 2. A moção, publicada em *A Plebe* apenas no dia 25

“Manifesto que os Chefes do Movimento Revolucionário publicaram pelos jornais” da capital paulista endereçados à população. Esta moção foi assinada por um grupo de operários composto por anarquistas, em sua maioria, que se apresentavam como *“militantes das classes trabalhadoras de S. Paulo”*.

A moção diz reconhecer no tal manifesto a tradução das boas intenções dos rebeldes contra o açambarcamento de produtos de primeira necessidade. Além disso, e principalmente, dado que havia pouco tempo da revogação do estado de sítio, e que antes disso, o movimento operário também tinha sido alvo de inúmeras arbitrariedades condenadas pela Constituição Federal, os signatários viam com simpatia sua disposição mínima em fazer valer a liberdade e a democracia registradas na Carta Magna. Em sua avaliação, a vontade de extirpar os vícios de corrupção e arbitrariedade instalados no Brasil desde a República, por si só, já era motivo mais do que suficiente para justificar a rebelião militar.

Ao citarem na moção trechos do Manifesto tenentista que, segundo eles, explicitavam o interesse dos rebeldes em enfrentar o problema da carestia de vida e em repor garantias de liberdade mínima que interessavam diretamente à organização dos trabalhadores (o direito de associação e de livre opinião), apresentaram seus *“alvitres”* ao Comitê revolucionário.

Chamam a atenção pelo menos dois aspectos. Primeiramente, nota-se que os seis pontos constantes na moção foram *“alvitados”* e não reivindicados, muito menos impostos como condição inegociável, tal qual freqüentemente sugeria o arcabouço discursivo do sindicalismo revolucionário.

de julho, foi confeccionada no dia 15 do mesmo mês. Assinaram-na: “Pedro A. Mota, *gráfico*; José Righetti, *tecelão*; José Ribeiro, *carteiro*; Arsênio Palácios, *empregado no comércio*; Francisco de Simoni, *sapateiro*; Paulo Menkitz, *tecelão*; Pasqual Martinez, *engomador*; Belmiro da Silva Jacintho, *vidreiro*; Nino Martins, *gráfico*; Antonino Domingues, *sapateiro*; João Peres, *sapateiro*; Fernando Ganga, *sapateiro*; Fernando Donaire, *metalúrgico*; Antonio Cordon Filho, *carpinteiro*; João Castelani, *tecelão*; Mario Silva, *marceneiro*; José Sarmento, *chapeleiro*; João Badué, *sapateiro*; Rodolpho Felipe; Francisco Pawlik, *lustrador*; João Matheus, *pintor*; Alberto Magagni; Marino Spagnolo, *alfaiate*; Antonio Lucas, *pintor*; José Gomes, *pedreiro*; José Granero, *pedreiro*; Pedro Zanela, *pedreiro*; Affonso Festa, *sapateiro”*.

Por outro lado, tanto a demora em oferecer sua simpatia ao movimento, quanto a sua posição de colocar-se como solicitantes de atendimento de medidas, indica, por um lado, a fragilidade dos movimentos operário e anarquista naquele momento, fruto da seqüência de ondas repressivas que se instalou desde 1919, intensificada em 1922. Também atesta a completa falta de vínculo no desencadeamento da rebelião, o que não os coloca numa posição de igualdade para a condução do processo, pelo menos naquele momento. De toda forma, se o momento não era propício para aventurar-se na condução de um movimento devido à falta de força política, e se a rebelião em curso não tinha os mesmos amplos objetivos da tão sonhada Revolução Social libertária, ainda assim ela se mostrava uma grande oportunidade que não deveria ser desperdiçada, tanto para restabelecer liberdades suspensas ou meramente descumpridas, como também para evitar o risco de se perder, em definitivo, o reconhecimento público como vanguarda revolucionária.

Por fim, existe ainda uma última justificativa para a simpatia dos anarquistas ao movimento tenentista. De acordo com sua análise, a maior parte das forças rebeldes compunha-se das baixas patentes do Exército, o que significaria dizer que a maior parte dos elementos rebelados provinham das classes populares, mesmo que comandados por oficiais. Seguindo esse raciocínio, reconheciam ser um movimento popular, apesar das feições militares e dos objetivos restritos em relação ao seu ideal revolucionário.

Embora o apoio anarquista ao movimento tenentista tenha se restringido apenas a um suporte, como diziam, moral, o episódio é significativo do ponto de vista da relação da historicidade das idéias do movimento anarquista no Brasil daquele momento. É freqüente a tentação de se pensar o anarquismo em alguns aspectos gerais de suas proposições, e tomar ao pé da letra as palavras de ordem pregadas em sua propaganda, de modo atemporal e universal. É bem verdade que em seu material de propaganda há uma carência de análises de conjuntura aprofundadas, atribuindo um sentido mais denunciativo das mazelas gerais do capitalismo, do Estado e do clero em sua imprensa do que uma análise pormenorizada das contradições específicas de cada momento político. No entanto, embora o movimento anarquista produzisse e repetisse insistentemente a necessidade da intransigência dos princípios, eles também sabiam ser impossível, a todo o tempo,

desconhecer a força e a capacidade revolucionária de outros setores político-sociais. Daí, por exemplo, ser compreensível o apoio a uma revolução militar mesmo que uma parte significativa de sua propaganda fosse destinada ao antimilitarismo.

Do mesmo modo, a intensa propaganda destinada aos trabalhadores não tornava o anarquismo uma ideologia apenas de trabalhadores para trabalhadores, como era muito comum proclamar-se em seu material de propaganda¹³. Havia anarquistas em diversas classes sociais e seu ideal deveria ser disseminado preferencialmente por todos e para todos. Kropotkin e Malatesta, para citar apenas dois exemplos de grandes referenciais internacionais, foram anarquistas que abnegadamente abriram mão de confortos próprios da condição das classes nas quais nasceram em prol da militância e seus dissabores.

Não obstante, a solidez que o anarquismo obteve em contexto internacional e no Brasil se deu a partir de sua inserção no movimento operário. Essa inserção acabaria por provocar uma certa tendência obreirista no anarquismo organizacionista, reforçada em circunstâncias específicas, dentre as quais quando seus partidários percebiam a ação de elementos adeptos de outra ideologia (socialistas, reformistas, católicos, etc.) que tratavam de organizar associações operárias.

Por outro lado, por causa dessa mesma preocupação de afastar adversários políticos nos meios operários, tiveram que se esforçar também por se distinguir do bolchevismo, e explicitar aquilo que consideravam mais grave em sua revolução na Rússia, a instauração da “ditadura do proletariado”. Sendo a ditadura do proletariado, segundo o ponto de vista anarquista, um regime em que o Estado suprime as liberdades individuais sob o controle ditatorial de uma classe, seu ímpeto revolucionário era falacioso, uma vez que as classes não seriam suprimidas, senão apenas invertida a estrutura de poder. Portanto, os defensores do bolchevismo teriam apenas uma visão meramente classista em contraposição ao ideal universalista do anarquismo.

¹³ Exemplar é o subtítulo adotado pelo hebdomadário paulistano *A Rebelião*, de 1914, a partir de seu segundo número: *Semanário de propaganda socialista-anarquista – Escrito por trabalhadores e para trabalhadores*.

É nesse sentido e nesse contexto que o escritor, médico e inspetor escolar Fábio Luz¹⁴ justificou sua militância como intelectual, colaborador na imprensa operária e conferencista em sindicatos e centros culturais. Apresentando-se como um “burguês autêntico”, reclamava o direito de poder desejar o fim das injustiças sociais e contribuir para a criação de um mundo novo. Afinal, o regime de exploração e opressão, segundo o autor, não abrangia apenas os trabalhadores, a classe que mais sofre os males das injustiças, mas acometia toda a sociedade, comprometendo mesmo a felicidade de industriais, comerciantes e militares, que exploram, açambarcam e fazem a guerra por culpa de um sistema que, apesar de aparentemente os beneficiar, também os vitimiza. Por isso, o estímulo à luta de classes empreendido pelos anarquistas, diferentemente dos bolchevistas, seria feito por uma questão estratégica, não por ódio, possuindo mesmo uma conotação moral ao declarar que “*quando os combatemos [os elementos das classes dominantes], temos pena deles, como nos apiedamos de todas as aflições de nossos irmãos*”.

O problema, segundo Fábio Luz, não era a origem social dos revolucionários. Preferia chamar de companheiros “*os burgueses autênticos que se gabam e se honram de suas idéias anarquistas*” do que aqueles que, mesmo sendo operários em origem, tinham pretensões de serem “*guias de homens, orientadores dogmáticos de associações, pequenos ditadores voluntariosos e manhosos, Lénines ‘in fiéri’, tiranêtes em germen*”. O obreirismo bolchevista redundaria na reprodução da opressão de classe através da emergência de uma nova classe no poder. Tal perspectiva nada mais seria do que um “*burguesismo de nome trocado*”.

Ainda assim, o autor encontrava-se preso ao estreito vínculo que o anarquismo tentou estabelecer com os trabalhadores, e acabou atenuando sua condição de “*burguês autêntico*” definindo-se como um “*operário intelectual*”.

¹⁴ Uma biografia de Fábio Luz e análise do conjunto de alguns de seus escritos foi feita por LIMA, Josely Tostes de. *A palavra e a pena: dimensões da militância de Fábio Luz. (Rio, 1903/1938)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado em História/PUC-SP, 1995.

A essência do texto foi endossada por seus companheiros, tal como se pode ver na referência que *A Plebe* faz ao dizer que “o notável romancista revolucionário tem carradas de razão em considerar o anarquismo campo aberto a todos os homens de boa vontade”¹⁵. Mas nem por isso, os anarquistas, principalmente os adeptos do sindicalismo como método de luta, abandonavam uma concepção segundo a qual a centralidade da função revolucionária cabia aos que tinham seu trabalho explorado pelo capital. O que estava em questão para Fábio Luz e para os redatores de *A Plebe* era a necessidade de diferenciação frente ao bolchevismo que dava seus primeiros passos formais no Brasil. Importava apresentar o anarquismo como a redenção universal de toda a humanidade, ao contrário da ditadura do proletariado, que, segundo eles, apenas fazia ascender a classe trabalhadora ao poder, e reproduzir antigas formas de opressão sob novas formas. Ao questionar o exclusivismo da competência revolucionária que se pretendia atribuir aos trabalhadores, atacava-se o que acreditavam ser o caráter meramente classista dos marxistas. Na realidade, pouco se diferenciavam nesse sentido. Para ambos, a revolução objetivava o benefício e a libertação de toda a humanidade; aos trabalhadores competia uma força propulsora central – mas não única – para tanto. É o que atesta claramente o manifesto *Os anarquistas no momento presente – definindo atitudes*¹⁶, dirigido “aos anarquistas, aos simpatizantes do ideal libertário, ao proletariado”, publicado em 18 de março de 1922, uma semana antes da fundação do PCB e assinado por eminentes anarquistas de São Paulo: Edgard Leuenroth, Rodolpho Felipe, Antonino Domingues, Ricardo Cipolla, Antonio Cordon Filho, Emilio Martins, João Peres, José Rodrigues e João Penteado. Nesse manifesto, recomenda-se expressamente, mais uma vez, a necessidade dos anarquistas agirem junto aos trabalhadores em seus sindicatos, uma vez

¹⁵ *A Plebe*. São Paulo, 13 maio 1922 apud DULLES, John W. F. *Anarquistas... op. cit.*, p. 187 (nota 38).

¹⁶ LEUENROTH, Edgard, FELIPPE, Rodolpho, DOMINGUES, Antonino, CIPOLLA, Ricardo, CORDON Filho, Antonio, MARTINS, Emilio, PERES, João, RODRIGUES, José e PENTEADO, João. *Os anarquistas no momento presente – Definindo atitudes – Aos anarquistas, aos simpatizantes do ideal libertário, ao proletariado*. *A Plebe*. São Paulo, ano V, n. 177, 18 mar. 1922, p. 1 e 4.

que eles constituem *“um poderoso elemento de educação social dos trabalhadores (...) destinado a ser amanhã a base essencial da reconstrução econômica da sociedade”*.

Por outra parte, ao privilegiar o sindicalismo como principal método de luta, e os trabalhadores como principais destinatários de sua propaganda, alertava-se para a necessidade de abranger a propaganda para outras esferas e públicos. Assim, os signatários do manifesto recomendam estabelecer relações com as outras correntes políticas e dar atenção a questões importantes *“na vida do país”*. Para evitar o risco de *“isolamento atrofante”* do anarquismo, os signatários observavam a necessidade de *“intervir sempre e ativamente”* diante de *“acontecimentos de interesse coletivo que se desenvolverem no país”*, *“nas questões públicas em que os direitos do povo sejam postos em jogo”*. Para tanto, defendia-se a necessidade de se estabelecerem também *“ligações, momentâneas ou permanentes”*, com partidários de outras tendências políticas, *“sem preocupação de hostilidade”* em *“conjunção de esforços nos momentos de atividade contra os manejos reacionários e em defesa dos direitos populares”*. O essencial, nesses casos, era não ceder a objetivos que desviassem o caráter essencialmente libertário que toda luta deveria assumir e aceitar apenas a camaradagem de elementos que, embora *“ainda”* não se indentificassem com seu movimento, demonstrem *“simpatia pela causa da renovação social e queiram prestar-lhe o seu auxílio sem a pretensão de ingerência, direta ou indireta, na vida íntima das associações obreiras ou de agrupações sociais e não se escandalizem quando sejam discutidos os seus pontos de vista particulares.”*. De outro lado, repeliam *“toda a aliança ou entendimento com elementos politiqueiros de qualquer facção”*, assim como as tentativas de centralização e autoritarismo dentro dos sindicatos, além da ação parlamentar.

De forma geral, o manifesto repete os preceitos das duas décadas anteriores que guiaram a militância anarquista no Brasil, principalmente entre os adeptos do sindicalismo. Mas é importante salientar esses aspectos para compreender alguns dilemas e posições dos anarquistas durante as décadas de 1920 e 1930.

Mesmo que seus militantes conservem a convicção de que apenas sob os princípios do anarquismo é possível se chegar a resultados efetivamente revolucionários, viram-se obrigados a debater com uma nova realidade que impunha não apenas o comunismo como

outra corrente que poderia desviar os rumos de concretização de sua utopia, mas também com movimentos que se autoproclamavam revolucionários, embora as mudanças almejadas fossem menos profundas na sua abrangência.

Daí o apoio ao movimento tenentista não ser nenhuma contradição dos militantes com sua doutrina. Mas foi, sem dúvida, um dos poucos episódios da história política brasileira até então em que os anarquistas se posicionaram favoráveis a um movimento político sem a participação de seus militantes em sua direção. Além disso, foi uma decisão absolutamente regional, restrita ao caso de São Paulo. O mesmo não ocorreria entre os militantes anarquistas do Rio Grande do Sul frente à guerra civil de 1923, apesar de alguns posicionamentos isolados. Não cabe neste texto adentrar na análise das condições que permitiram aos anarquistas gaúchos manter algum tipo de mobilização na década de 1920, tendo organizado, aliás, o III Congresso Operário do Rio Grande do Sul, em 1925, enquanto seus companheiros, sobretudo, paulistas e cariocas¹⁷, eram perseguidos pelo governo, e muitos, remetidos à colônia penal amazônica de Clevelândia. Salienta-se apenas que, apesar de seus esforços e do fim do estado de sítio do governo de Arthur Bernardes, a intensa repressão agiu em cheio o movimento anarquista brasileiro, que não teve força suficiente para retomar os níveis de organização das décadas anteriores. Um último fôlego organizativo anarquista se daria em São Paulo, com a reorganização da FOSP, em 1931 e do Centro de Cultura Social, em 1933, logo após a “Revolução” de 3 de outubro de 1930, que levaria Getúlio Vargas à presidência da República.

Outubristas

Embora eu não tenha localizado fontes produzidas ao calor da hora que dessem conta do envolvimento ou da simples percepção de militantes libertários à mobilização que alçou Getúlio Vargas ao poder, ao que parece os anarquistas mantiveram-se alheios à

¹⁷ Sobre a repressão ao anarquismo nos anos 1920 no Brasil, ver SAMIS, Alexandre. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo: Imaginário; Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

mudança de governo em um primeiro momento. No entanto, pouco depois, em fontes produzidas nos anos de 1931 e 1932, em processo de reorganização sindical, é possível apreender alguns elementos que demonstram observações de alguns militantes não de todo hostis em relação ao novo governo.

Em folheto escrito em março de 1931, por M. Palmer¹⁸, registra-se a receptividade popular ao golpe getulista sob o ponto de vista de um operário sindicalista da construção civil de São Paulo. Ao se reportar à história recente da luta sindical brasileira, para defender o sindicalismo revolucionário, o autor faz considerações em torno da instalação da República Nova em 1930. Em essência, repete a argumentação dos anarquistas de São Paulo sobre o movimento tenentista de 1924. A “Revolução” de 1930 seria o desfecho de um processo iniciado com a revolta dos dezoito oficiais em Copacabana, que visava pôr fim às “*oligarquias velhas e caducas*” e promover uma “*radical mudança de governo*”. Se isso não “*traria a liberdade integral, ao menos se iria respirar um novo ambiente*”, mais arejado do que o antigo, marcado pelos atentados contra as garantias constitucionais de liberdade política, que tanto afligiram o movimento operário. Se, como todo governo, merecia repúdio, o autor afirmava que, logo após a ascensão de Vargas ao poder, os militantes libertários puderam retomar sua propaganda e sua campanha de organização sindical imediatamente, ainda que, logo a seguir, foram alvejados por “*medidas de caráter regressivo (...) impostas para amortecer o movimento sindical*”, que caracterizavam a quebra das antigas promessas em torno das liberdades políticas da classe trabalhadora. Contudo, essa traição do novo governo jamais “*colheu de surpresa*” os “*militantes operários e libertários*”, por saberem como agem todos os governos.

Nota-se que na exposição de Palmer, não apenas não se questionava a deposição do presidente através do golpe militar, como também lhe era atribuída uma legitimidade através do apoio popular recebido em reação aos vícios oligárquicos da antiga República, especialmente no tocante ao tratamento da questão social. Se os revolucionários

¹⁸ PALMER, M. *Conceitos sobre o sindicalismo operário*. São Paulo: Liga Operária da Construção Civil, 1933. (escrito em março de 1931). Os trechos a seguir foram retirados das páginas 10 a 21. O folheto localiza-se no *Prontuário DEOPS-SP 716 (FOSP)*, vol. 4.

outubristas não corresponderam às aspirações gerais, o fizeram porque era próprio de todos os governos brecares o avanço das liberdades e da ação popular. Somente aos trabalhadores, através de suas formas de ação coletiva e autônoma, competia a função de pôr fim à exploração econômica e melhorar a sua própria sorte. Poderia se considerar que a tônica do texto de Palmer, de crítica relativamente comedida do novo governo se comparada à condenação severa aos anteriores, integrava uma tática de argumentação para dirigir-se, especialmente, aos operários simpáticos ao novo governo. A opção por condenar com intransigência o novo governo, poderia resultar na desaprovação desses operários não apenas por considerarem tais críticas injustas, mas também improcedentes, dado o esforço que o governo provisório fazia para, ao menos em aparência, diferenciar suas práticas aos governos do período que a partir de então recebeu o nome de “República Velha”.

Por outro lado, é possível acreditar que Palmer reconhecia, de fato, aspectos positivos do governo provisório. Uma análise que procurasse ser o mais fiel à realidade, não teria relação apenas com um sentimento de justiça, mas também tinha implicações na definição de estratégias de ação revolucionária.

Nesse sentido, uma fonte que trata dos bastidores das discussões entre anarquistas em torno da Revolução Constitucionalista de 1932, demonstra que a posição de crítica intransigente a todas as formas de governo, geralmente atribuída como constante entre os anarquistas, possuía matizes em circunstâncias específicas.

Na verdade, trata-se de um relato de duas reuniões de militantes “operários, anarquistas, anarco-sindicalistas e sindicalistas, e assistência ainda de alguns membros das minorias de oposição sindicais, que não tiveram direito ao uso da palavra”, realizadas na sede da Federação Operária de São Paulo nos dias 6 e 11 de outubro de 1932¹⁹. O objetivo era discutir a “situação político-militar e o desfecho que sofreu a revolução constitucionalista” iniciada em 9 de Julho e vencida definitivamente dia 2 de outubro.

¹⁹ Reunião de militantes. *Prontuário DEOPS-SP 716 (FOSP)*, vol. 1, docs. 41 e 42.

Provavelmente o relato foi produzido por alguém que secretariou as reuniões. Embora não se possa precisar sua autoria, o texto é valioso por captar a existência de algumas opiniões dissonantes a respeito do governo de Getúlio Vargas, uma vez que todos são unânimes quanto ao caráter da revolução constitucionalista. Os pronunciamentos dos participantes da reunião, de forma geral, se repetiam ao se esforçarem por demonstrar a falsa oposição que os rebeldes paulistas tentavam imprimir entre *“ditadura e constitucionalistas”*. Para os libertários, era uma guerra civil de facções políticas da mesma *“burguesia”*, entre os que *“mandavam, e os que queriam mandar”*, como sintetizou o litógrafo italiano Francisco Cianci.

Logo após a explanação de Cianci, João Perez, anarquista signatário do manifesto em apoio à revolta de 1924, fez uso da palavra, e ponderou acerca das avaliações que estavam sendo feitas no sentido de igualar ambos os lados em conflito. Segundo Perez, ele *“não era partidário da ditadura, mas nutria simpatia pessoal, como muitos companheiros, para a ação do outubrismo, que tinha sido confortadora para com o proletariado”*. A seguir, defendeu a idéia de se produzir *“um manifesto que desmascarasse os políticos que tinham provocado a guerra civil em benefício dos industriais”*²⁰.

Sua ressalva foi avalizada por outro companheiro, João Barbosa, mas recebeu duras críticas de José Sarmiento, outro signatário da moção de 1924, iniciando um bate-boca que pôs fim à discussão do dia. Sarmiento acusou a ambos de *“políticos, dizendo que anarquistas que assim falam não são nem anarquistas nem revolucionários”*.

De todo modo, a refutação da causa constitucionalista não permite afirmar que os anarquistas apoiavam qualquer movimento que se dizia revolucionário sem antes fazer uma avaliação do caráter de tal mobilização. Não era porque os opositoristas ao governo outubrista acusavam-no de ditatorial, o que, aliás, convergia com a opinião dos militantes libertários, que eles deveriam tomar parte em suas fileiras.

²⁰ Idem, ibidem.

Por outro lado, apesar de alguns militantes exporem algumas “*simpatias pessoais*”, o governo de Getúlio Vargas não contou com nenhum apoio concreto nem moral dos anarquistas contra os ataques constitucionalistas. Reconheciam no novo regime um ambiente de maior “*liberdade de reunião e da livre manifestação do pensamento*”, que, “*embora certas ocasiões, isso não se exprima uma realidade concreta*”, permitiu a promoção de um movimento de reorganização operária, pelo menos no âmbito de São Paulo, ao contrário do que se passava no tempo de domínio do Partido Republicano Paulista, quando, em sua opinião, só existia como única classe, a patronal²¹. Mesmo assim, “*movimento armado de outubro*” nada mais era do que “*a contra-revolução proletária*”, o que justificava a posição da FOSP de dizer-se alheia às partes, poucos meses antes da deflagração do conflito²².

Em relação ao governo Vargas consolidado, a tônica do discurso anarquista foi o de combate, sobretudo, às suas regras de sindicalização, impostas sob o comando de seu ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, e identificadas pelos militantes como “fascistas”. Chegaram a expressar sua contrariedade diretamente ao interventor militar de São Paulo, general Valdomiro Lima, em reunião no Palácio dos Campos Elíseos²³ e ao próprio ministro, que viu-se impedido de falar, tamanha a contrariedade demonstrada nos comentários e apartes dos operários presentes em sessão realizada pela União dos

²¹ Como se acha organizado o proletariado paulista. – Encontram-se devidamente arregimentados 13 sindicatos com aproximadamente 1.000 trabalhadores filiados. *Folha da Manhã*. São Paulo, 7 ago. 1931. *Prontuário DEOPS-SP 625 (Francisco Cianci)*, doc. 15. (Notícia de jornal copiada pela funcionária extraquadro Aldaiza de Moura, em 23 ago. 1946, para o DEOPS-SP).

²² Com quem está a Federação Operária de São Paulo? ‘Nem com uns, nem com outros’. *Correio da Manhã*, São Paulo, 21 abr. 1932. (Recorte de jornal) *Prontuário DEOPS-SP 716 (FOSP – Vol. 1)*, doc. 51.

²³ O governo militar e as reivindicações operárias. (Recorte de jornal, s.d.). *Prontuário DEOPS-SP 716 (FOSP – Vol. 1)*, doc. 68; O entendimento entre o general Valdomiro Lima a respeito da Federação Industrial com a Federação Operária de São Paulo. (4 nov. 1932, cópia datilografada e mimeografada) *Prontuário DEOPS-SP 716 (FOSP – Vol. 1)*, doc. 67.

Operários da Fiação de Tecidos, que terminou em tumulto com a ação da polícia²⁴. Na avaliação dos anarquistas reunidos na FOSP em 10 de abril de 1931, a lei de sindicalização objetivava a “*fascistização dos sindicatos*”, tal qual se verificava na Itália de Mussolini, e a conseqüentemente “*centralizar ainda mais o poder de uma classe privilegiada em detrimento de uma classe explorada*”. Daí a necessidade de se conclamar uma intensa campanha para que a derrogação da lei²⁵ e da obrigatoriedade da caderneta profissional, símbolo de “*uma escravidão mais oprobriosa que a do antigo regime*” que teria sido implantada pelo “*governo da segunda República*”²⁶, que se seguiriam nos anos seguintes.

De toda forma, tal qual se passou na eclosão dos movimentos tenentistas da década de 1920, a avaliação das possibilidades trazidas pelo ambiente de guerra civil de 1932 para seus intentos revolucionários foi tardia. Já consolidado o armistício, Vicente Mandarano avaliava que “*o momento é propício para uma ação perfeita e com muitas probabilidades de êxito. O exército e a Força Pública estão divididos. Os políticos também. As classes conservadoras desconfiam da força armada. (...) A polícia é um órgão impotente para conter os avanços da revolução proletária*”. Porém, faltava uma organização forte, sólida, unificada dos trabalhadores, “*sob uma base de ferro, unido e fortificado em um ideal só: derrubar o capitalismo. (...) Comunistas, anarquistas, prestistas e mais tendências*

²⁴ ARAÚJO, Angela. *A construção do consentimento: corporativismo e trabalhadores nos anos trinta*. São Paulo: Edições Sociais, 1998, p. 169.

²⁵ Resoluções do plenário da Federação Operária de São Paulo, realizado no dia 7 de abril, com a assistência das comissões executivas das organizações da capital. São Paulo, 10 abr. 1931. *Prontuário DEOPS-SP 716 (FOSP – Vol. II)*, doc. 9. Sobre as campanhas de anarquistas e outras correntes contrárias à lei de sindicalização de 1931, ver MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981; ARAÚJO, Angela. *A construção... op. cit.*, p. 161-249.

²⁶ Federação Operária de São Paulo. Aos trabalhadores e ao povo em geral. Contra a caderneta profissional e pela liberdade da imprensa proletária. Grande comício de protesto. São Paulo, abr. 1933 (panfleto) *Prontuário DEOPS-SP 716 (FOSP – Vol. III)*, doc. 141.

revolucionárias, devem ligar-se e iniciar uma vida nova de propaganda e ação revolucionária”²⁷.

A atribuição de fascismo ao governo varguista pelos grupos de matizes políticas diversas e o fortalecimento do integralismo trouxeram novamente a necessidade da constituição de frentes únicas, que reunisse tendências revolucionárias o inimigo comum. Em agosto de 1917, sob os efeitos da greve paulista, os anarquistas convocaram um Congresso Geral das Vanguardas²⁸, que, até onde se sabe, não chegou a ocorrer devido à repressão. Desta vez, a discussão pela reunião de esforços comuns voltava à tônica, mas não sob o comando libertário. Essa união, tão propalada desde o início da inserção do anarquismo no movimento operário, seria muito difícil de ser concretizada, pois cada parte não abriria mão do comando de tal mobilização. Nem mesmo os anarquistas. Ainda assim, os anarquistas tiveram que se deparar com duas forças coletivas importantes: a Frente Única Anti-Fascista e a Aliança Nacional Libertadora.

Aliancistas e anti-fascistas

A tentativa de inserção de comunistas nos meios anarquistas no início da década de 1920 fazia parte, naquele momento, da tática moscovita de formar “Frentes Únicas” a fim

²⁷ Reunião de militantes. *Prontuário DEOPS-SP 716 (FOSP – Vol. I)*, docs. 41 e 42.

²⁸ Para uma ação conjunta – Congresso geral da vanguarda social do Brasil. *A Plebe*, São Paulo, ano I, n. 8, 4 ago. 1917, p. 2; O Congresso Geral da Vanguarda Social do Brasil – A feliz iniciativa foi recebida com entusiasmo. *A Plebe*, São Paulo, ano I, n. 11, 25 ago. 1917, p. 3; Congresso geral da vanguarda social do Brasil – Um convênio da Confederação Operária Brasileira. *A Plebe*. São Paulo, ano I, n. 10, 18 ago. 1917, p. 2; O Congresso Geral de Vanguarda Social do Brasil – Os militantes do Rio tratam com interesse da feliz iniciativa. *A Plebe*. São Paulo, ano I, n. 12, 1º set. 1917, p. 3.

de retomar o fôlego diante do estancamento da expansão revolucionária soviética²⁹. No entendimento do PCB, a aproximação com grupos políticos heterogêneos objetivava ao mesmo tempo neutralizar a força das demais correntes políticas e ainda torná-las base de apoio para sua projeção. E os anarquistas brasileiros passaram a abominar qualquer tentativa de inserção dos aderentes à III Internacional em seus meios. A posição era clara e firme: oposição aos comunistas. As publicações libertárias sempre estariam repletas de acusações contra os comunistas, que, se não tinham seus partidos e métodos de ação comparados aos partidos oligárquicos e burgueses do Brasil, equiparavam o governo soviético ao governo do czar ou ao de Mussolini, e mais tarde, ao de Hitler. As mesmas críticas recaíam sobre os grupos trotskistas. A oposição comunista aos anarquistas também não deixava por menos, e iniciou-se uma campanha de difamação aos grupos anarquistas para desacreditá-los e arregimentar apoio às organizações ligadas à Rússia soviética. A hostilidade caracterizava a relação entre anarquistas e comunistas (e entre stalinistas e trotskistas) e qualquer ação conjunta efetiva parecia ser bastante difícil de ocorrer.

Ainda assim, a partir das proposições de Trotsky na Europa, iniciava-se também no Brasil uma campanha dos trotskistas pela formação de uma Frente Única contra o Fascismo, contando com um grupo heterogêneo, incluindo os social-democratas considerados “social-fascistas”, entre 1929 e 1934, pelos PCs, a partir das orientações do X Pleno Comitê Executivo da Internacional Comunista³⁰, que determinava a recusa à integração a qualquer frente única que contivesse outras organizações de esquerda. Apesar da oposição permanente dos stalinistas, os grupos trotskistas da Liga Comunista e dos socialistas do Partido Socialista Brasileiro (PSB) paulista tentaram construir a sua Frente Única³¹. Quanto aos anarquistas, que viviam uma fase de decadência da sua influência nos meios operários, com o avanço dos novos rivais de esquerda e de direita no movimento

²⁹ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991, p. 48-49.

³⁰ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias... op. cit.*, p. 59.

³¹ CASTRO, Ricardo. A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil (1933-1934). *Topoi*, Rio de Janeiro, UFRJ, n. 5, p. 354-388, 2002.

sindical, rechaçavam com vigor a proposta. Diziam eles, como se lê no Boletim da FOSP de 1931, que estavam dispostos sempre à união,

mas não com fins políticos, nem para que seja maior o número de votos. (...) Queremos uma união consciente e livre e por isso não aceitamos a frente única feita à base de subterfúgios com o propósito de criar um novo Estado, assim como condenamos os que, a pretexto de arregimentar os trabalhadores dentro dos sindicatos, fazem deles centros esportivos aonde se vai jogar e não discutir os assuntos que lhes dizem respeito.³²

Mas a partir da formação da Ação Integralista Brasileira, em 1932, e de seu potencial perigo, essa posição passaria a ser rediscutida. Entre 1933 e 1935, a discussão sobre a pertinência ou não de se aderir a uma Frente Única contra o Fascismo é um dos objetos mais constantes nas páginas das publicações e panfletos libertários. Em 1933, esses periódicos começam a debater de fato com os outros grupos a possibilidade de organizar forças políticas contra o fascismo.

Alguns anarquistas chegam a participar da solenidade de fundação da Frente Única Anti-Fascista, em 25 de junho de 1933 no salão da Legião Cívica 5 de Julho, com socialistas, tenentes e trotskistas. Mas três dias antes, em 22 de junho, haviam criado o seu próprio Comitê Antifascista. Em panfleto escrito pela Federação Operária de São Paulo, em julho de 1933, intitulado “*Contra a horda Fascista. Ao Povo do Brasil*”, em meio ao texto sobre a “‘Frente Única’ Anti-Fascista”, os libertários definiam sua posição, “*coerentes com nossa conduta e cientes que a defesa da liberdade não é patrimônio exclusivo de determinados indivíduos ou idéias*”. Sobre a melhor forma de organizar a oposição contra as “*tão vivas (...) manifestações fascistas [ocorridas] ultimamente*”, dizia o panfleto:

[As correntes liberais] ainda que tarde, reconheceram a necessidade de agir em defesa das liberdades populares e trataram de recobrar o tempo

³² A finalidade das organizações operárias. *Boletim da Federação Operária de São Paulo*, São Paulo, ano I, n. 1, 1 ago. 1931, p. 1. *Prontuário DEOPS-SP 716 (FOSP – Vol. II)*, doc. 28.

perdido com uma aliança, uma ‘frente única’ até com os que sempre condenaram, os libertários e as organizações apolíticas.³³

No entanto, havia uma divergência fundamental que resultaria na recusa da participação da “Frente Única”, sempre entre aspas, naquele momento. Enquanto as demais facções defendiam apenas a entrada de organizações sindicais e partidos anti-fascistas, os libertários defendiam a necessidade da “*ação conjunta de todos os indivíduos* [grifo meu] *anti-fascistas, sob as bases da mais ampla autonomia de facções, princípios e doutrinas*”³⁴. Essa diferença manteve os anarquistas fora daquilo que chamaram de “Frente Única de fachada”. Sua luta seria a de “*vanguarda das forças que combatem o fascismo em todas as suas manifestações*”, prestando “*incondicional apoio a toda obra que vise realmente* [grifo meu] *defender as liberdades conquistadas*” e conclamava todos os trabalhadores à insurreição, a desrespeitar todos os “*instrumentos de fascistização*”, como o Ministério e os Departamentos Estaduais do Trabalho. Enfim, “*o combate ao fascismo não pode ser platônico, não deve limitar-se a comícios ou publicações. Se queremos obter resultados, havemos de entrar na ação prática*”³⁵.

Embora não tenham aderido à Frente Única Anti-Fascista, os militantes anarquistas não se viram impedidos de estar sempre em contato com ela e mesmo com os militantes do PCB, que faziam severa oposição à organização fundada por trotskistas e socialistas. Na sede da Federação Operária de São Paulo, por exemplo, foram discutidas, em diversas ocasiões, formas de luta anti-fascista, com a presença de elementos estranhos aos seus filiados anarquistas. Além disso, os anarquistas publicavam em seus jornais notas sobre a participação de elementos de outras correntes políticas nas atividades anti-fascistas. Constam ali, como louváveis, atitudes anti-fascistas do Partido Socialista de São Paulo,

³³ FEDERAÇÃO OPERÁRIA DE SÃO PAULO. *Contra a horda fascista. Ao povo do Brasil!*. São Paulo, 5 jul. 1933. (panfleto). *Prontuário DEOPS-SP 716 (FOSP – Vol. II)*.

³⁴ Idem, *ibidem*.

³⁵ Idem, *ibidem*.

por exemplo. A tônica das chamadas anti-fascistas é sempre em torno da expressão “*todos os homens livres*”, não de organizações, conclamando, assim a todos, à luta pelas conquistas de liberdade já existentes, contra a horda fascista.

Apesar dessas convergências, a formação de um efetivo bloco anti-fascista das esquerdas, estava realmente difícil de acontecer. Foi a partir de um episódio ocorrido em 7 de outubro de 1934, que se fortaleceu a proposta de construção dessa frente. Ao saberem que os integralistas anunciaram fazer um ato público na Praça da Sé, em comemoração ao segundo aniversário de sua Aliança Integralista Brasileira, imediatamente os trotskistas da União dos Trabalhadores Gráficos começaram a preparar uma contramanifestação, que contaria com a participação também do PCB, dos anarquistas e de outros anti-fascistas. Cerca de 7.000 a 8.000 integralistas se dirigiram ao local, quando lá chegaram, encontraram já presentes diversos anti-fascistas. Logo após, chegaram cerca de 400 homens da polícia, com cavalos e metralhadora, que deram uma sensação de segurança aos integralistas, que começaram seu ato, sob vaias e gritos de “abaixo o fascismo” e “fora galinhas-verdes”. Tiros foram disparados, sem se saber de onde e por quem. Iniciou-se, então, uma batalha que tornou a praça em campo de guerra, terminada com a debandada dos grupos integralistas. Neste episódio *“pela primeira vez, todas as forças antifascistas participaram em conjunto, ainda que sem direção totalmente centralizada, de uma manifestação pública de grandes proporções”*³⁶.

Ainda assim, naquele momento em que se aproximava uma união mais efetiva, continuava a haver grandes espaços para rixas. O Comitê Pró-Presos Sociais denunciou publicamente, após o evento da Praça da Sé, a reação policial unicamente contra os anarquistas, enquanto *“pessoas e partidos políticos disputavam para si os louros da vitória e dos feitos de abnegação e de desprendimento em prol da causa da liberdade que inúmeras pessoas de todas as cores políticas deram provas no memorável 7 de Outubro, (...) dia em que o integralismo teve o seu atestado de óbito moral”*. De todo o modo, o historiador Ricardo Castro afirma que *“a ‘Batalha da Praça da Sé’ foi como que um breve*

³⁶ CASTRO, Ricardo. A Frente... *op. cit.*, p. 376.

renascimento para resolver uma contenda inadiável e realizar o confronto há muito tempo previsto e esperado”³⁷.

A partir de 1935, será em torno da Aliança Nacional Libertadora, ANL, que irão se reunir forças para, entre outros objetivos, combater o fascismo. E novamente, os anarquistas serão procurados para unir forças contra a guerra e o fascismo. O ano de 1935 será de intenso debate entre os anarquistas sobre a participação nesse movimento, dadas as proporções que ele atingiu, embora, pelas fontes encontradas, principalmente de São Paulo, estejam sempre presentes críticas e ressalvas em torno da união contra o fascismo.

Em 29 de junho de 1935, em uma conferência intitulada “Os anarquistas e a Aliança Nacional Libertadora”, Gusmão Soler se pronuncia acerca da necessidade e limites da união entre ambos os grupos. Existiriam *“alguns pontos de contato que justificam uma ação paralela com os aliancistas (...) Enquanto os aliancistas estiverem na oposição, no combate ao fascismo, ao latifundismo e à tirania governamental, (...)”*³⁸. Mas *“quando a Aliança Nacional constituir o Estado, isto é, quando ela for governo e julgarem os aliancistas que não há mais nada a fazer, os anarquistas continuarão a sua obra (...)”*³⁹.

Nesta mesma conferência, Edgar Leuenroth pondera que os tempos difíceis exigiam que os anarquistas definissem claramente sua posição na constituição de uma frente única, tal *“como já o haviam feito os socialistas e os comunistas”*. Isso porque, além da luta contra o fascismo, estava em jogo também a permanência de sua influência nos meios operários em um contexto bastante adverso. O dilema persistia. Ao aderir a uma frente única da qual não são os protagonistas corria-se o risco de terem seu ideário ofuscado por outras correntes à frente da aliança. Por outro lado, haveria a possibilidade de tornarem-se visíveis ao tomarem parte em um movimento que tendia a uma repercussão

³⁷ CASTRO, Ricardo. A Frente... *op. cit.*, p. 378.

³⁸ Uma conferência libertária. *A Lanterna – Jornal de combate ao clericalismo*. São Paulo, n. 398, 13 jul. 1935, p. 2.

³⁹ Idem, *ibidem*.

intensa e crescente. Não aderir, poderia ajudar a manter uma “pureza militante”, porém o isolamento poderia tornar sua atuação praticamente invisível, diante daquilo que reconhecia Edgar Leuenroth como “*um dos maiores movimentos de opinião registrados nos últimos tempos*”. Era preciso escolher. Assim, a conferência, ao contrário de propor um debate entre os participantes sobre a possibilidade ou não da adesão dos anarquistas à A.N.L., tratava antes de apresentar as razões da necessidade urgente da aliança contra o inimigo comum (o fascismo) e, ao mesmo tempo, explicitar os limites desta adesão: havia questões de princípios para os anarquistas das quais não abririam mão. Além do combate anti-fascista, a adesão à A.N.L. aparecia também como uma tática para manter acesa a militância anarquista, cada vez mais ofuscada por outras correntes políticas e sindicais, notadamente o varguismo e o comunismo.

Essa aproximação defendida por Soler e Leuenroth rendeu algumas críticas internas por parte de outros grupos anarquistas, como a do grupo Os Iguais, de Porto Alegre, que em seu jornal *Humanidade* fez publicar um ácido artigo de J. Ramon intitulado “*Definir-se ou renunciar*”. Nele se lia a crítica dura da aproximação dos anarquistas com a A.N.L., pois o seu parlamentarismo, expressão do “*colaboracionismo marxista com a burguesia*” era, por si só, incompatível com a luta pelo fim da tirania e da escravidão. Daí não apenas não ser recomendável a aliança com partidários do marxismo, como deve-se combater “*os meios de luta empregados pelos deturpadores do verdadeiro comunismo-libertário*”. Nem mesmo a luta contra o fascismo justificaria, a seu ver, tal aliança tática, defendida por “*alguns militantes das fileiras anarquistas, que não tiveram uma visão clara dos truques moscovitas e que [foram] levados por sua boa fé*”.

Em lugar da adesão à frente única proposta pela A.N.L., Ramon se limita a propor “*ensaiar novos meios de luta, que fortaleçam e unifiquem os trabalhadores de todas as tendências, para assim estar em posição mais vantajosa para combater a guerra, o capitalismo e as religiões que visam o embrutecimento da humanidade e tudo que seja prejudicial aos trabalhadores – é certo*”. Quais novos meios de luta vislumbrava, Ramon não disse. Talvez pensasse apenas em revisitar velhas formas de lutas, dentre as quais o sindicalismo revolucionário. De toda forma, sua oposição ao apoio anarquista à luta contra o fascismo em torno da A.N.L. demonstra a existência de restrições que visavam não só

proteger o purismo revolucionário da vanguarda anarquista, como também não servir de suporte para alçar força aos adversários que disputavam o mesmo público.

De outro lado, em um sentido mais amplo, a dificuldade de formação de uma efetiva Frente Única contra o Fascismo, contra um inimigo comum, demonstra, dentro da esquerda e das correntes ditas revolucionárias, o difícil momento do movimento operário brasileiro da década de 1930, quando, além das novas formas de intervenção do Estado e da burguesia nos meios sindicais e proletários, as dificuldades aumentavam diante das acirradas disputas internas das diversas correntes, que impediam uma efetiva ação conjunta.

A polícia paulista observava de perto essas querelas desde o início do período varguista. Discorrendo sobre as correntes ditas revolucionárias no movimento operário paulista, o agente Antonio Ghioffi mostrava conhecer bem as diferenças de orientação entre os diversos grupos, dos quais apresenta as diferenças entre 2 grandes blocos (anarquistas e comunistas), divididos, cada um, em 2 correntes (anarquistas e anarcosindicalistas; stalinistas e leninistas-trotskistas). Avaliava que, para efeitos de neutralização de agitação operária e, sobretudo, da expansão das atividades daqueles que eram considerados os principais perigos – Partido Comunista, a Confederação Geral do Trabalho e a Federação Sindical Regional (de SP) –, aquela divisão era absolutamente positiva.

Ao apresentar a FOSP, sublinha o agente que tem a entidade uma “*concepção apolítica, isto é, antipolítica. Em seu seio agrupam-se todas as tendências e todos os credos, não aceitando o predomínio de nenhuma tendência e de nenhum credo. A sua linha é de ação essencialmente econômica*”⁴⁰.

Mais adiante, quando fala da “*tática inteligente desenvolvida pela Delegacia de Ordem Social*”, explica que ela consiste no seguinte:

⁴⁰ GHIOFFI, Antonio. [Informe Reservado ao] Exmo. Snr. Dr. Ignácio da Costa Ferreira, Md. Delegado de Ordem Social. São Paulo, 10 jun. 1931. *Prontuário DEOPS-SP 716 (FOSP – Vol. II)*, doc.18.

aproveitando a posição ideológica das correntes predominantes no seio do proletariado militante, fez com que prevalecesse o critério apolítico nas organizações que, apesar de discutido com os seus acendrados mentores, teoricamente estão, quer queiram quer não, de acordo com o apoliticismo da lei de sindicalização do Ministério do Trabalho. Esta tática produziu os melhores resultados, trazendo conseqüentemente uma sensível divisão de forças nas diversas facções sindicais. Estabeleceu-se assim, abertamente, a guerra de tendências, a guerra de escolas dentro dos quadros do sindicalismo político e antipolítico.

Ante o fracasso das tentativas de dominação comunista nas organizações, e como o predomínio resultou a favor do pensamento apolítico, os partidários da ditadura do proletariado vêm oferecendo diariamente a possibilidade da realização de uma frente única entre todos os elementos. Já relatamos em documentos anteriores essas demarchés, a começar por uma reunião em que tomaram parte todos os militantes sindicalistas, anarquistas e comunistas, convocada por estes, e onde descobriram o seu objetivo, que teve a liderança de Paulo de Lacerda e que foi contestada por Arsênio Palácios, de um pretenso movimento de massas, a possibilidade de uma revolução proletária. Os comunistas queriam aproveitar a situação do momento, de certo modo confusionista, para tirar partido. Os sindicalistas e anarco-sindicalistas serviram indiretamente nesse momento à causa do novo governo [de Vargas] que se constituía. (...)

Portanto, a frente única entre as diversas correntes em jogo, por enquanto, não passa de tentativas de um lado e recusas de outro. Vem isto precisamente do antagonismo de idéias que se vem sustentando com bastante eficiência.⁴¹

O combate ao comunismo, pelo menos em São Paulo, na década de 1930, passou pela observação à ação anarquista, sem esta saber ou se dar conta, de acordo com a leitura da polícia, que aplaudia e estimulava a divisão. As disputas internas, a observação da polícia e a nova lei de sindicalização serviram aos interesses da conservação da ordem. No entanto, a vigilância continuava a temer possíveis agitações das massas proporcionadas pelas correntes de esquerda, principalmente dos partidários da ditadura do proletariado, mas também dos enfraquecidos anarquistas.

Se estavam cada vez mais enfraquecidos e com poder reduzido de ação, por que a preocupação com o anarquismo? Anarquismo e anti-fascismo, propriamente, não eram preocupações da polícia, segundo se depreende de outros relatos policiais. O problema estava naquilo para o que poderiam contribuir em sua deflagração. Em informe reservado

⁴¹ Idem, *ibidem*.

ao Delegado de Ordem Social, em 30 de junho de 1933, um agente teceu críticas severas à Federação Operária de São Paulo por criar *“inegavelmente um ambiente de rebeldia e indisciplina nos meios trabalhistas com sua imprensa legal, assim como ampla liberdade de reunião e propaganda.”* É realmente interessante que o agente faz uma ponderação sobre o caráter subversivo de suas ações: a associação é perigosa, *“apesar de combater o bolchevismo”*⁴².

Neste mesmo relatório, o agente reservado (que não assinou, mas presumo ter sido Guarany⁴³), que atribui a atividade subversiva à *“ampla liberdade de reunião e propaganda com sua imprensa legal”*, estava preocupado com o Comitê Anti-Fascista, pelos métodos escolhidos pela nova entidade para combater o fascismo: *“a agitação das massas com base nas reivindicações mais imediatas [“contra o estado de coisas e pela situação revolucionária de várias questões”] e incluindo entre elas, palavras de ordem contra o fascismo”*. Ou seja, o problema era agitar as massas operárias, não o combate ao fascismo em si, pois, observa o policial, o anti-fascismo será uma *“máscara”* sob a qual se escondem várias agrupações com o intuito de ligarem-se às massas, tirarão *“proveito desta agitação, e a confusão e agitação dobrará”*. Mesma avaliação faz em relação ao anarquismo: *“A ideologia anárquica em si não oferece perigo algum, mas é preciso observar o ambiente criado pela propaganda metodizada, ou organizada que não se limita a fazer secamente a propaganda anarquista, mas agitar as questões mais sentidas pelas massas”*⁴⁴.

⁴² Informações reservadas – Federação Operária. São Paulo, 30 jun. 1933. *Prontuário DEOPS-SP 1581 (Comitê Anti-Fascista)*, doc. 6.

⁴³ Embora não assinado, suspeito de que a autoria do relatório seja de Guarany, pois era parte de seu estilo, dentre outros elementos, não se limitar a relatar o que observava, mas também fazer avaliações a respeito do alcance das atividades dos grupos ou indivíduos investigados. Essa característica também foi observada e analisada com muito mais propriedade por FLORINDO, Marcos Tarcísio. *O serviço reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na Era Vargas*. São Paulo: UNESP, 2006, p. 144-166.

⁴⁴ Idem, *ibidem*.

Se não se temia mais o anarquismo em si, por outro lado, se temia a possibilidade de revolução das massas, inspirada ou não por qualquer vertente política. Era preciso agir sobre lideranças que pudessem exercer alguma influência e acender alguma fagulha mobilizatória perigosa ao governo, ao Estado e à ordem estabelecida. Por isso, a reação à insurreição iniciada nos quartéis, sob o comando do PCB, em novembro de 1935, não poupou os anarquistas, e o estado de sítio recaiu novamente sobre eles. Suas duas principais publicações *A Lanterna* e *A Plebe* foram imediatamente interrompidas por força da polícia. E os mais destacados militantes anarquistas não deixaram de ser importunados e intimidados com prisões eventuais, para averiguação de sua participação no levante, durante todo o ano de 1936, como foi o caso de Edgard Leuenroth e Rodolpho Felipe, enquanto outros, como o espanhol Gusmão Soler, sofriam com a abertura de inquérito que visava sua expulsão do território nacional⁴⁵.

Antes mesmo da implantação do Estado Novo, o anarquismo foi vítima da repressão do Estado, tornando sua influência nos meios operários irreversivelmente decadente. Fechava-se, definitivamente uma parte da história do movimento operário brasileiro e do movimento anarquista, que voltaria a tentar se reorganizar na segunda metade da década de 1940, após a queda de Vargas, sem conseguir recuperar jamais, a força que alcançou no passado.

⁴⁵ Ver referências às prisões, inquéritos e depoimentos instaurados ao longo do ano de 1936 para estes três exemplos nos prontuários destes militantes: *Prontuário DEOPS-SP 122 (Edgard Leuenroth – 2 vols.)*; *Prontuário DEOPS-SP 400 (Rodolpho Felipe)*; *Prontuário DEOPS-SP 4045 (Gusmão Soler)*.

